



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 170/11**

Súmula: Disciplina a obrigatoriedade de transparência, por meio de divulgação eletrônica, pelas entidades privadas de utilidade pública ou não, que recebam recursos públicos a título de subvenção e auxílio, ou parcerias com municípios ou estado.

Art. 1º - As instituições privadas, de utilidade pública ou não, desde que sem fins lucrativos, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs); Organizações Sociais com Interesse Público (OSCIPs); Organizações Sociais (OSs), Fundações e Associações, que recebam recursos públicos a título de subvenções e auxílios ou parcerias com Municípios ou com o Governo do Estado do Paraná, ficam obrigadas a publicar, mensalmente, independente do valor do convênio, em página eletrônica própria (*Home Page*), na rede mundial de computadores, os demonstrativos das transferências realizadas pelo Governo Estadual ou Municipal e a respectiva prestação de contas, especificando as pessoas jurídicas ou físicas, com o respectivo CNPJ e CPF.

Parágrafo único – A página eletrônica (*Home Page*) será mantida pela instituição beneficiada, sem qualquer ônus para o Poder Público.

Art. 2º - A não observância do disposto no *caput* do artigo 1º acarretará a imediata suspensão do repasse governamental, até a regularização.

Art. 3º - As instituições mencionadas no *caput* do artigo 1º terão 30(trinta) dias para se adequarem às exigências da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2011.



**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**



**RELATOR**





## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 198/11**

**Ementa:** Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

**Art. 1º** - As empresas ou entidades prestadoras de serviço que firmarem contratos com os poderes e órgãos da Administração Pública Estadual deverão reservar no mínimo do total das vagas de trabalho fixadas nos respectivos contratos, às pessoas com deficiência, conforme a seguinte proporcionalidade:

- I** – de 100 a 200 vagas – 2%
- II** – de 201 a 500 vagas – 3%
- III** - de 501 a 1000 vagas – 4%
- IV** – acima de 1001 vagas – 5%

**Art. 2º** - Quando o cálculo das vagas de cada contrato resultar em fração igual ou superior a cinco décimos arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, ou para o número inteiro imediatamente inferior, quando resultar inferior a cinco décimos.

**Parágrafo único** - Nos contratos em que o cálculo para a reserva de vagas for inferior a um, fica assegurada uma vaga para as pessoas com deficiência, se o total das vagas previstas no contrato for igual ou superior a cinco.

**Art. 3º - Os gestores responsáveis pela execução e fiscalização dos contratos, na forma estabelecida no art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão manter o registro atualizado das vagas reservadas às pessoas com necessidades especiais e elaborar relatório anual ser arquivado juntamente com o contrato.**

**Art. 4º - Nos editais de licitação destinados à contratação de empresa para prestação de serviços de terceirização deverá constar cláusula que especifique a obrigatoriedade do cumprimento desta Lei.**

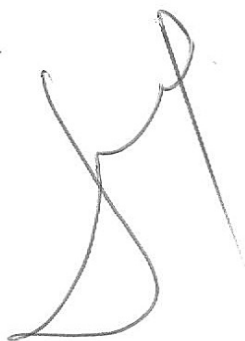
**Art. 5º - Para os contratos firmados anteriormente à vigência desta Lei, a obrigação da reserva de vagas para pessoas com deficiência dar-se-á no prazo de noventa dias após a publicação desta Lei.**

**Art. 6º - Na hipótese do não preenchimento de vaga por falta de aptidão dos candidatos para o exercício da função, comprovada por certificado expedido pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, a empresa fica dispensada do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei.**

**Art. 7º - As empresas e os agentes públicos que descumprirem esta Lei sujeitar-se-ão às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666, de 1993.**

**Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala das Comissões, 11 de julho de 2011.**



**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**



**RELATOR**



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 293/11**

**Ementa:** Institui o Dia Estadual dos Trabalhadores em Turismo, Hospedagem, Gastronomia, Entretenimento, Diversão e Lazer.

**Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual dos Trabalhadores em Turismo, Hospedagem, Gastronomia, Entretenimento, Diversão e Lazer, a ser comemorando em 11 de agosto, anualmente.**

**Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala das Comissões, 11 de julho de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**